

*A Redução do Trabalho Agrícola no Paraná**

*Diócles Libardi***
*Paulo Delgado****

RESUMO

O artigo analisa a evolução da ocupação agrícola no Estado do Paraná no período 1985-1995, procurando identificar os fatores que aí incidem e algumas conseqüências desse processo, como o crescente esvaziamento populacional naqueles municípios cujo mercado de trabalho é fortemente dependente das atividades agrícolas. Destaca-se que a intensa redução da ocupação agrícola e os processos migratórios que lhe estão associados vêm ocorrendo num contexto de baixo dinamismo do mercado de trabalho urbano e de mudanças estruturais deste, ocasionando o aumento de barreiras à inserção produtiva da mão-de-obra liberada do campo. Chama-se atenção para a necessidade de se articular novas políticas de desenvolvimento regional, que contemplem a manutenção e definição de alternativas de ocupação ao contingente de trabalhadores rurais que ainda permanece no campo.

Palavras-chave: Ocupação agrícola, êxodo rural, mercado de trabalho, desenvolvimento regional

ABSTRACT

The present article analyzes farmland occupation in the State of Paraná between 1985-1995, trying to identify the factors contributing for it and some consequences of this process, such as the increasing population exodus from municipalities in which the work market is strongly dependent on farming activities. It can be noticed that farmland occupation reduction and the migration processes arising from it, happen when the urban labor market is slowing down and experiencing structural changes, thus increasing the barriers which prevent the productive migrant labor force from being inserted in the urban labor market. It is necessary to emphasize the elaboration of new regional development policies addressed to maintaining and defining occupation alternatives for the rural workers that still remain in rural areas.

Key words: farmland occupation, rural exodus, labor market, regional development

* Os autores agradecem a Sachiko A. Lira, técnica do IPARDES, pelo apoio no tratamento.

** Veterinário, com especialização em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba, Coordenador do Núcleo de Avaliação de Projetos do IPARDES.

*** Sociólogo, Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná, Coordenador do Núcleo de Estudos Sociais do IPARDES.

INTRODUÇÃO

Neste artigo analisamos o comportamento da ocupação agrícola no Paraná no período 1985-1995, a partir dos dados dos Censos Agropecuários. A evidência de que a redução no número de pessoas ocupadas foi mais intensa do que na década de 70 e que o processo migratório decorrente tem por destino preferencial, no Estado, as grandes e médias cidades, ocasionando o esvaziamento populacional dos pequenos municípios, levou-nos a interrogar sobre o significado dessas mudanças. Estas, embora esperadas do ponto de vista dos arranjos econômicos, técnicos e sociais que a produção capitalista impõe à agricultura, deixam de ter sentido sob a ótica da configuração da economia urbano-industrial, principalmente quando se consideram as alterações recentes pelas quais esta vem passando. A força de trabalho que migra é dispensável para o crescimento da economia, e sua oferta nada influi na diferenciação dos salários porque esses migrantes são, em sua maioria, desqualificados para o trabalho urbano.

Uma outra questão, associada à primeira, diz respeito aos impactos decorrentes da desestruturação da pequena produção, principal responsável pela redução da ocupação agrícola, sobre os pequenos núcleos urbanos que denominamos de "extensão do rural". Procurou-se evidenciar que, apesar da intensidade das mudanças no meio rural, a maioria desses municípios tem na ocupação agrícola quase que a única opção de trabalho para sua população.

Tais preocupações podem ser inseridas no âmbito da redescoberta da questão do êxodo rural. Esta questão esteve fora das preocupações recentes dos pesquisadores, embora os dados indiquem a continuidade deste processo, nos anos 90, em intensidade similar à observada em décadas passadas. Conforme ressaltam CAMARANO e ABRAMOVAY (1998, p.45), "tudo se passa como se o esvaziamento social, demográfico e econômico do campo fosse uma fatalidade inerente ao processo de desenvolvimento ou como se acreditassem que o fenômeno estudado já tivesse perdido importância quantitativa".

Do nosso ponto de vista, esperamos contribuir para o resgate da idéia de desenvolvimento regional numa perspectiva de criar sinergias entre as atividades rurais e urbanas, que permitam abrir alternativas ao êxodo dessa população. Trata-se, no fundo, de pensar que destino se pode construir para um contingente populacional, o rural, que ainda representa 20% da população do Estado, bem como a configuração urbana que se pretende para o Estado.

MAGNITUDE E CARACTERÍSTICA DA REDUÇÃO DO TRABALHO AGRÍCOLA

A migração rural é inerente ao processo de crescimento econômico que caracteriza a transição de uma sociedade rural para outra de tipo urbano-industrial, e ela decorre dos impactos da dinâmica econômica sobre o trabalho agrícola. LENIN, por exemplo, destaca ser a diminuição da população agrícola uma consequência inevitável da expansão da economia mercantil. Esta redução estaria articulada à evolução da indústria, na qual "o crescimento do capital constante está ligado ao crescimento absoluto do capital variável, apesar de sua diminuição relativa" (LENIN, 1979, p.23), assinalando assim a **possibilidade** de absorção produtiva da mão-de-obra liberada das atividades agrícolas. No Brasil, os autores que estudaram o tema agricultura e desenvolvimento assumiam, explicitamente ou não, que a agricultura tinha funções a cumprir para viabilizar o crescimento econômico, dentre elas a de fornecer mão-de-obra aos setores urbano-industriais. Um posicionamento clássico neste sentido foi o de CASTRO (1977), que considerava que cabia ao setor agrícola exercer quatro "funções":¹ a) liberar mão-de-obra; b) gerar um excedente crescente de alimentos e matéria-prima; c) constituir-se em mercado para bens industriais; d) transferir renda ao setor urbano-industrial.

¹O emprego de aspas no termo funções tem por objetivo evidenciar, como fez CASTRO, a limitação implícita ao termo que é atribuir à agricultura um papel passivo no desenvolvimento.

Enquanto o crescimento urbano-industrial foi capaz de incorporar produtivamente parcela expressiva dos fluxos migratórios, os debates sobre a redução da ocupação agrícola (na verdade a discussão estava voltada para o aumento da produtividade do trabalho agrícola) destacavam principalmente a intensidade e velocidade do processo e os impactos na estrutura de salários urbanos. O processo em si não era questionado e, de um modo ou de outro, a idéia de “provisão de mão-de-obra” pelo setor agrícola estava presente.

Duas décadas de taxas de crescimento econômico inferiores ao crescimento populacional, transformações tecnológicas que elevaram e elevam substancialmente a produtividade do trabalho, o acirramento da concorrência com a abertura comercial e, mais recentemente, políticas de valorização cambial e de juros sob uma lógica avessa à produção nacional, vêm produzindo profundas mudanças nos mercados urbanos de trabalho, entre as quais destaca-se a redução da capacidade de absorção ocupacional das pessoas, situação esta expressa em elevadas taxas de desemprego, prenunciadas como taxas estruturais. Ao mesmo tempo, em diversas regiões esta situação combina-se com a participação ainda expressiva de população rural, submetida às pressões decorrentes da modernização das atividades agrícolas (BORGES, 1999).² No Paraná, este contingente populacional representa ainda mais de 20% de sua população. Objetivamente, a “função” de fornecer braços para o crescimento urbano-industrial tornou-se obsoleta e transformou-se em fonte de mais desemprego, precarização das condições de vida e em inchaço urbano, concentrado nas médias e grandes cidades.

O Censo Agropecuário de 1995/96 traz informações que reforçam a necessidade de discutir a questão da população rural e, conseqüentemente, as alternativas de ocupação produtiva nesse espaço. Entre 1985 e 1995, o número de pessoas ocupadas nas atividades rurais sofreu uma redução de 31,7% ou 597,4 mil pessoas. Na década de 70, marcada por intensa e profunda transformação da base técnica agrícola e na estrutura de posse da terra, o IBGE registrou que a redução do “pessoal ocupado” foi de 8,8% ou 173,8 mil pessoas.

Para ressaltar o significado dessa redução no período 1985-1995, faremos uma comparação simples com o comportamento da população rural. De 1970 a 1980, a população rural apresentou uma redução de 1.214 mil pessoas (foi nesse período que a população urbana superou a rural, passando de 36,3% para 58,6% do total). Considerando o período de 1980 a 1996, o decréscimo da população rural foi de 1.165 mil pessoas, número bastante próximo ao verificado na década de 70. No entanto, o contingente de “pessoal ocupado”, entre 1980 e 1995, apresentou redução de 520,1 mil pessoas, praticamente três vezes mais do que na década de 70. Dito de outro modo, nos anos 70 a redução do “pessoal ocupado” representou apenas 14,3% da redução da população rural; no período 1980-1995, representou 44,6%.

De modo geral, o processo de modernização agrícola vai estabelecendo um padrão tecnológico mínimo (um nível mínimo para a produtividade do trabalho), que por sua vez define custos correntes, a necessidade de máquinas e equipamentos e um volume de produção abaixo do qual não é possível reproduzir as condições de produção, o que no setor agrícola, via de regra, significa um tamanho mínimo de área (variável conforme a atividade). É a escala mínima economicamente viável. O fato de, na agricultura, parte importante da produção ser realizada sob a ótica da reprodução familiar e não sob a lógica capitalista, faz com que a questão da escala e suas implicações sejam mascaradas. Essa “produção familiar”, no entanto, é também afetada, e muito, pela modernização da produção e pela lógica do lucro. A decomposição e a diferenciação interna são dois processos que atingem a produção familiar, relacionados às transformações tecnológicas e sociais da produção agrícola.

Esses processos podem ser captados nos levantamentos censitários, analisando algumas variáveis dos segmentos em que a força de trabalho familiar é majoritária, quase exclusiva. A comparação dos dados censitários de 1985 e 1995 mostra que o número de estabelecimentos sofreu redução de 96,5

² A autora destaca que o potencial migratório das áreas rurais é uma variável-chave para se delinear as perspectivas do emprego e desemprego nos mercados urbanos de trabalho. Em algumas regiões o estoque populacional rural é ainda expressivo, e sua rápida desarticulação poderá significar o aumento das pressões sobre o mercado de trabalho, num quadro já marcado pela reduzida capacidade de expansão da demanda por trabalho.

mil unidades ou 20,7% do total. É expressivo que na faixa dos estabelecimentos com menos de 100 ha a redução foi de 98,3 mil, sendo 75,8 mil de não proprietários.

Do ponto de vista das atividades, para o total do Estado, entre 1985 e 1995, a área de lavouras permanentes foi reduzida em 316,7 mil hectares (- 50,4%), a de lavouras temporárias em 645,3 mil (- 12,0%) e as pastagens cresceram 677,7 mil hectares (+ 11,3%). A área explorada total teve um acréscimo de 691,9 mil hectares (+ 4,5%). Do ponto de vista do estoque de equipamentos, usando como exemplo o número de tratores, estes tiveram um aumento absoluto de 29,5 mil unidades (+ 29,0%).

Na realidade, assiste-se a um processo de diferenciação e decomposição no meio rural paranaense. Ao mesmo tempo que os pequenos produtores foram os mais atingidos pelas mudanças recentes, são eles que responderam por 82% do incremento no estoque de tratores, no período de 1985-1995, detendo, neste último ano, 69% do número de tratores.

Com o objetivo de precisar as mudanças ocorridas recentemente, no período 1985-1995, particularmente a redução do pessoal ocupado e de pequenos produtores, buscou-se analisar um conjunto de variáveis,³ através de testes de correlação, que permitissem identificar particularidades do processo de modernização agrícola no Estado. Para avaliar a correlação⁴ entre o conjunto de variáveis selecionadas, agregou-se em nível de microrregiões as variações relativas observadas no período 1985-1995. As correlações lineares mais expressivas,⁵ entre duas variáveis foram as seguintes: área de lavoura e mão-de-obra familiar ($r=0,62$ e $t_{cal}=4,79$); área de lavoura e não-proprietários ($r=0,67$ e $t_{cal}=5,45$); não-proprietários e mão-de-obra familiar ($r=0,64$ e $t_{cal}=5,11$); proprietários e mão-de-obra familiar ($r=0,74$ e $t_{cal}=6,61$).

Estes resultados indicam, por um lado, que a redução do pessoal ocupado na categoria trabalho familiar se deve fundamentalmente à desarticulação das unidades produtivas. Ressalte-se que este tipo de mão-de-obra foi responsável por 70,0% da redução total da ocupação, no Paraná, no período 1985-1995.

Por outro lado, a associação constatada entre redução de áreas de lavoura com a redução tanto do trabalho familiar como dos estabelecimentos de não-proprietários sugere que, mais do que um processo de reincorporação de terras baseado em mudanças da base técnica, como ocorreu em décadas anteriores, a desarticulação recente da pequena produção relaciona-se ao esgotamento de alternativas produtivas que permitiam a reprodução deste segmento, provavelmente associado, em boa medida, ao esgotamento de culturas, como a do algodão, que não apenas sofreram os impactos da política de abertura econômica implementada na primeira metade dos anos 90, como também da configuração de novo padrão produtivo para as mesmas, processo este marcado, inclusive, pela migração da atividade para outras regiões do Estado e do País.

Além das transformações analisadas acima, uma mudança recente e que não aparece nos dados censitários tem grande impacto sobre o nível de ocupação. É a introdução do sistema de cultivo denominado de plantio direto. Esse sistema, do ponto de vista do manejo e conservação dos solos e águas, representa uma importante evolução. Podendo ser operado tanto por tração mecânica quanto por tração animal, essa prática vem sendo apoiada por programas governamentais que adotam as microbacias hidrográficas como unidade de planejamento e ação. A própria lógica desses programas implica que todos os produtores de cada microbacia realizem as práticas recomendadas, e o plantio direto é o coroamento dessas práticas conservacionistas, podendo-se supor que, hoje, tal prática é amplamente disseminada.

³ Foram selecionadas variáveis referentes a quatro aspectos, sempre em termos da variação relativa no período 1985-1995: posse da terra (número de estabelecimentos de proprietários e não proprietários); tipo de mão-de-obra (familiar, assalariamento permanente, outras); uso da terra (área de lavouras e pastagens); nível tecnológico (potência instalada, em CV, do estoque de tratores).

⁴ Os testes de correlação auxiliam na identificação do grau de associação entre variáveis, bem como do sentido em que esta ocorre. Ou seja, permitem identificar o quanto esses fenômenos (ou características) estão relacionados, e se as mudanças se dão em sentido divergente ou convergente. Embora per se as correlações estatísticas não signifiquem uma relação de causalidade, elas fornecem indicações que auxiliam na proposição de interpretações.

⁵ Os testes de hipóteses de que as correlações observadas são diferentes de zero (ou seja, são correlações efetivamente verificadas na população pesquisada) revelou que as mesmas são significativas a um nível de significância de 1%.

Por falta de informações sobre essas culturas vamos considerar apenas os cultivos de soja e milho, para os quais dispõe-se dos coeficientes técnicos para o plantio direto e para o plantio convencional e as respectivas áreas cultivadas com cada sistema. O requerimento de mão-de-obra manual reduz-se em mais de 80% para as duas culturas; no caso dos operadores, esta redução situa-se em torno de 40%. Este diferencial deve-se ao impacto da nova modalidade de plantio sobre as tarefas de capina, na qual se concentrava a demanda pelo trabalho manual (tabela 1).

TABELA 1 - COEFICIENTES TÉCNICOS PARA AS CULTURAS DE SOJA E MILHO, SEGUNDO MODALIDADES DE PLANTIO E TIPO DE MÃO-DE-OBRA

CULTURAS	COEFICIENTES TÉCNICOS - HOMENS/DIA/HA			
	Plantio Direto		Plantio Convencional	
	Auxiliar (volante)	Operador de Máquinas	Auxiliar (volante)	Operador de Máquinas
Soja	0,59	0,55	3,58	0,97
Milho	0,77	0,73	4,75	1,17

FONTE: SEAB/DERAL

NOTAS: Elaboração IPARDES.

No plantio convencional de soja e milho todas as operações são mecânicas, exceto nos tratos culturais.

Estima-se que nas três últimas safras houve um acentuado incremento na adoção do plantio direto nessas duas culturas. Entre as safras 96/97 e 98/99, a participação percentual do plantio direto nas culturas de soja e milho,⁶ passou, respectivamente, de 44% a 84% e de 23% a 50%.

Considerando-se esses coeficientes e a participação do sistema de plantio direto nessas culturas, é possível dimensionar a redução da demanda por mão-de-obra. Supondo-se que na safra 96/97 todo o cultivo tivesse sido realizado no sistema convencional (índice = 100), verifica-se que, no caso da soja, a demanda efetiva correspondeu a apenas 67% e 41% da demanda estimada no sistema convencional, respectivamente, nas safras 96/97 e 98/99; para o milho, esses valores correspondem a 84% e 53% (tabela 2).

É indiscutível que o plantio direto, um avanço na conservação dos solos e águas, reduz fortemente a demanda por força de trabalho. A redução de oportunidades de trabalho no campo impulsiona a migração dos trabalhadores assalariados (entre 1985 e 1995 a redução dessa categoria foi de 175,8 mil), mas também reduz a necessidade de trabalhadores dentro da produção familiar e, ainda, retira destes a possibilidade de complementar suas rendas com a venda de trabalho em unidades de produção maiores.

Conclui-se que, a par do estreitamento dos "nichos" de reprodução da produção familiar, conjugam-se inovações no processo produtivo, reforçando a tendência de redução da ocupação agrícola. Além disso, e diferentemente do primeiro momento da modernização, a redução da população rural parece estar associada em maior grau à queda no nível de ocupação agrícola.

EVASÃO POPULACIONAL E EMPREGO

No Estado, uma parcela expressiva dos núcleos urbanos são, de fato, "extensão do rural". Estão estruturados para prestar serviços, em geral mínimos, à produção agropecuária e à população. Como exemplo, tome-se a estrutura ocupacional: relacionando os municípios em que a ocupação nas atividades agropecuárias **é maior do que a soma** da ocupação nos demais setores de atividade (indústria, comércio e terciário), verifica-se que, em 1991, 201 municípios (62% do total) preenchiam essa condição. Daí chamar os núcleos urbanos desses municípios de extensão do rural (IBGE, 1991).

⁶ No caso do milho, o percentual referente a 98/99 exclui o milho safrinha, para o qual estima-se que 90% tenha sido cultivado no sistema de plantio direto.

TABELA 2 - ÁREA CULTIVADA DE SOJA E MILHO E ÍNDICE DE DEMANDA DE FORÇA DE TRABALHO ESTIMADA E EFETIVA, SEGUNDO TIPO DE MÃO-DE-OBRA - 96/97-98/99

CULTURA/TIPO DE MÃO-DE OBRA	ÁREA CULTIVADA (ha)		ÍNDICE DE DEMANDA DE FORÇA DE TRABALHO		
	96/97	98/99	96/97		98/99
			Estimado (plantio convencional)	Efetivo	Efetivo
Soja	2.493.930	2.768.672			
Auxiliar			100	63	33
Operador			100	81	70
Total			100	67	41
Milho	1.809.043	⁽¹⁾ 1.529.404			
Auxiliar			100	82	49
Operador			100	92	69
Total			100	84	53

FONTE DOS DADOS BRUTOS: SEAB/DERAL

NOTA: Elaboração IPARDES.

(1) Exclui milho safrinha (1.006.591 ha).

A tabela 3 permite verificar a dinâmica demográfica recente dos municípios paranaenses em função de uma tipologia baseada no tipo de ocupação predominante. Nela foram computados, além dos municípios existentes em 1991, 48 municípios implantados até 1996, para os quais não se dispõe de informações sobre ocupação; mas é possível alguma qualificação dos mesmos em função do município de origem.

Nota-se que a redução da população rural, embora generalizada em todo o Estado, foi mais acentuada no conjunto de municípios com predomínio de ocupação agrícola (-3,46 %); da redução de 257 mil pessoas do meio rural paranaense, três quartos devem-se à redução verificada neste conjunto de municípios. Apesar de apresentar incremento de população urbana, este representou apenas a metade da perda verificada na população rural, situação expressa pela taxa de crescimento negativa da população total (-1,03%). Como resultado dessa dinâmica, este conjunto de municípios teve sua participação na população do Paraná reduzida, no período 1991-1996, quer se considere a população total, urbana ou rural (tabela 3).

Comportamento semelhante apresentou o agrupamento de 43 municípios sobre os quais não se dispõe de informação sobre ocupação: redução de população rural não compensada pelo crescimento urbano, resultando numa taxa negativa de crescimento da população total. Observe-se que tais municípios poderiam, em sua maioria, ser enquadrados também como de "predomínio de ocupações agrícolas", devido às reduzidas taxas de urbanização e ao fato de que a maioria deles (29) foi desmembrada de municípios com esta característica. Ou seja, 66% dos municípios existentes em 1996 dependiam de atividades agrícolas para ocupar sua população.

O processo de evasão populacional observado não teve como contrapartida a absorção, pelo mercado de trabalho urbano, da mão-de-obra liberada das atividades agrícolas. Considerando-se os dados sobre ocupação no Paraná, no período 1992-1997, verifica-se o crescimento (17,5%) da ocupação nos setores de atividade propriamente urbanos (indústria, serviços, administração pública). Entretanto, esta performance deve ser relativizada, pois a base de comparação,⁷ o ano de 1992, coincide com a recessão

⁷ Como a PNAD foi reformulada a partir de 1992, há limites para a comparação com períodos anteriores a esta data; entretanto, a afirmação de que o crescimento verificado no nível de ocupação expressa a reposição a patamares anteriores pode ser sustentada, inclusive porque, nos anos de recuperação da atividade econômica na década de 90 (1994-1997), o nível de ocupação no Paraná manteve-se praticamente inalterado, embora associado a importantes mudanças no perfil da ocupação.

associada ao Plano Collor, sendo que a recuperação posterior do nível de ocupação apenas repôs este ao patamar anterior à crise. Além disso, o incremento da ocupação nos segmentos urbanos foi suficiente apenas para “compensar” a redução da ocupação na agricultura (-20,14%). O saldo do período 1992-1997, no Paraná, foi um crescimento da ocupação total aquém do crescimento da PEA e da PIA, implicando o aumento da taxa de desocupação de 5,4% para 6,9% (tabela 4).

TABELA 3 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS, POPULAÇÃO POR ZONA, TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL E DE URBANIZAÇÃO SEGUNDO TIPO DE MUNICÍPIO, NO PARANÁ - 1991-1996

TIPO DE MUNICÍPIO	Nº DE MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO/1991 (%)			POPULAÇÃO/1996 (%)			TAXA DE CRESCIMENTO 1991/96 (%)			TAXA MÉDIA URBANIZAÇÃO (%)	
		Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	1991	1996
Predomínio de ocupações não-agrícolas	122	70,5	82,4	37,7	73,0	82,6	39,5	2,04	2,58	-1,51	88,7	91,8
Predomínio de ocupações agrícolas	201	25,4	15,0	54,1	22,7	14,5	51,4	-1,03	1,83	-3,46	45,9	52,2
Sem informação sobre ocupação (exclusive municípios da RMC)	43	2,7	1,0	7,4	2,5	1,0	7,8	-0,05	3,23	-1,37	31,7	37,9
Sem informação sobre ocupação (apenas municípios da RMC)	5	1,4	1,6	0,9	1,8	1,9	1,4	6,39	6,17	⁽¹⁾ 7,48	52,4	54,7
Paraná (em 1.000 pessoas)	371	8.449	6.200	2.249	9.004	7.012	1.992	1,30	2,54	-2,44	73,4	77,9

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico - IBGE e Contagem Populacional - IBGE

NOTAS: - Dados elaborados pelo IPARDES.

- Taxas de crescimento calculadas com 4,91666667 anos, pois para 1991 a referência é 1º de setembro e para 1996 a referência é 1º de agosto.
- Os totais urbano e rural do Paraná, em 1991, apresentam diferença de 1.829 pessoas em relação ao número divulgado pelo Censo Demográfico do IBGE. Isto se deve à reconstituição da população urbana do município de Saudade do Iguçu, desmembrado do rural do município de Chopinzinho.

(1) O crescimento da população rural nos municípios recém-instalados na RMC refletem, na realidade, a expansão de aglomerações urbanas para áreas classificadas, pelo IBGE, como rurais.

TABELA 4 - POPULAÇÃO SEGUNDO SITUAÇÃO OCUPACIONAL - PARANÁ - 1992/1997

SITUAÇÃO OCUPACIONAL	1992	1997	VARIACÃO	
			Abs.	%
PIA	6.690	7.277	587	8,77
PEA	4.379	4.633	254	5,80
Total de ocupados	4.143	4.315	172	4,15
Ocupados exclusive agricultura	2.673	3.141	468	17,50
Ocupados na agricultura	1.470	1.174	- 296	-20,14
Desocupados	236	318	82	34,74

FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

O incremento na ocupação concentrou-se especialmente na RMC (+21,6%) e houve redução no Interior (-1,0%).⁸ Mesmo na RMC, porém, a pressão sobre o mercado de trabalho foi maior que a capacidade de absorção, resultando no incremento na taxa de desocupação de 7,1% para 9,0%. Há indicações de que esta pressão sobre o mercado de trabalho metropolitano está associada ao recrudescimento dos processos migratórios nos últimos anos (BOLETIM ESPECIAL PED, 1995).

Há que se considerar também que, no período em foco, a variação da PIA e da PEA foi diferenciada, com a última aumentando relativamente menos que a primeira. Este fato é importante porque aponta para o aumento da inatividade,⁹ ou seja, parcela maior da população nem sequer buscou

⁸ Na realidade, o comportamento do mercado de trabalho no interior deve ter sido diferenciado entre municípios, mas os dados não permitem verificar esta hipótese.

⁹ O conceito de inatividade é amplo e se aplica a todas às situações em que as pessoas não buscam se inserir no mercado de trabalho, seja porque estão aposentadas, seja porque estão envolvidas com atividades domésticas ou se encontram em fase de formação escolar, seja por algum outro tipo de incapacidade para o exercício de alguma ocupação ou, como no caso aqui destacado, desistem temporariamente de buscar trabalho devido às dificuldades de obtenção de emprego em conjunturas recessivas.

inserção no mercado de trabalho. Vários podem ser os motivos para este fenômeno, mas importa ressaltar que isto pode indicar que houve um represamento da pressão sobre o mercado de trabalho, numa conjuntura marcada por baixa capacidade de geração de empregos, minimizando os impactos sociais associados às mudanças econômicas recentes. Do ponto de vista da preocupação deste artigo, fica evidente a maior fragilidade das ocupações no meio rural. De qualquer modo, esta constatação não permite um posicionamento fatalista diante da tendência de redução da ocupação agrícola. Primeiro, porque este setor é ainda responsável por parcela expressiva da ocupação no Estado, com um volume de ocupados que corresponde ao dobro das ocupações na indústria e no comércio, e a 3/4 das ocupações nos serviços; segundo, mesmo na hipótese de recuperação da atividade econômica, não se tem como certo que o crescimento econômico por se resolve a questão da ocupação,¹⁰ além do que, dadas as novas exigências em termos de qualificação da mão-de-obra, é possível prever maior dificuldade de inserção daquelas pessoas oriundas do meio rural. Por fim, a redução da ocupação agrícola vem acompanhada pela evasão populacional, ampliando as pressões sobre as principais aglomerações urbanas do Estado, as quais já apresentam um quadro bastante acentuado de degradação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que a tendência à redução da ocupação agrícola foi intensificada na presente década, associada a processos de alteração da pauta de produtos agrícolas, introdução de inovações e aprofundamento da mecanização do processo produtivo. Nos municípios em que a agricultura é a atividade econômica preponderante e a que mais ocupa a população em idade ativa (o número de ocupados nas atividades agropecuárias é maior do que a soma dos ocupados nas demais atividades), a redução da ocupação agrícola se transforma em redução da população rural e da população total, porque esses núcleos urbanos não têm como absorver a migração rural. Esse é um lado da moeda. O outro é que os fluxos migratórios vêm acirrando a concentração espacial da população estadual em poucos aglomerados urbanos, sendo a Região Metropolitana de Curitiba o exemplo mais marcante. Essa concentração espacial da população reflete e condiciona a concentração econômica e vai conformando grandes vazios, reduzindo as possibilidades de um desenvolvimento regional equilibrado. O destaque dado à questão da ocupação agrícola não é fortuito. Ele deriva do entendimento de que as discussões sobre a manutenção da pequena produção devem se ater principalmente sobre a contribuição que este segmento pode oferecer ao problema do desemprego, imputando-se como secundária a sua contribuição para a questão da produção agrícola (FOLADORI e TOMASSINO, 1998).

Defende-se também que a viabilidade dessa alternativa requer a definição de políticas de desenvolvimento regional, que explicita como objetivo o combate ao esvaziamento social do campo. Esta tem sido uma preocupação nos países desenvolvidos (EUA e Europa), que têm definido uma série de políticas públicas como fundamentais à reversão das tendências discutidas anteriormente (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1998, p.57).

Os desequilíbrios regionais/espaciais requerem políticas de promoção do crescimento, que devem ser acompanhadas de políticas específicas para a incorporação produtiva da população e mesmo de políticas compensatórias aos segmentos mais vulneráveis à exclusão social.

¹⁰ O reconhecimento deste fato tem levado vários analistas a afirmar a necessidade de políticas públicas específicas para enfrentar "as questões contemporâneas do mundo do trabalho". Estas políticas vão desde aquelas voltadas para incrementar o capital humano, àquelas de apoio a atividades com maior potencial de geração de empregos (como as pequenas e médias empresas), articulando-as inclusive a políticas compensatórias a grupos vulneráveis (URANI, 1999).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BOLETIM ESPECIAL PED. Curitiba : IPARDES, n.1, ago.1995.
- 2 BORGES, A. (1999). Trabalho e emprego na Bahia : mudanças e desafios no final do século. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Bahia 2000**. Salvador : SEI, 1999.
- 3 CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. (1998). Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil : panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília : ABEP, v.15, n.2, p.45-64, jul./dez.1998.
- 4 CASTRO, A. B. de (1977). **7 ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro : Forense-Universitária, 1977. v.1.
- 5 FOLADORI, G.; TOMASSINO, H. (1998). Desarrollo intensivo en la agricultura paranaense : la sustentabilidad socioambiental jaqueada. **Revista Mediações**, Londrina : UEL, v.3, n.2, p.30-35, jul./dez.1998.
- 6 IBGE (1985). **Censo agropecuário – 1985**. Rio de Janeiro : IBGE, 1985.
- 7 IBGE (1991). **Censo demográfico – 1991**. Rio de Janeiro : IBGE, 1991. Tabulações especiais.
- 8 IBGE (1992). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 1992**. Rio de Janeiro : IBGE, 1992.
- 9 IBGE (1996a). **Censo agropecuário – 1995/96**. Rio de Janeiro : IBGE, 1996.
- 10 IBGE (1996b). **Contagem populacional – 1996**. Rio de Janeiro : IBGE, 1996.
- 11 IBGE (1997). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 1997**. Rio de Janeiro : IBGE, 1997.
- 12 LENIN, V. I. (1979). **El desarrollo del capitalismo en Rusia**. Moscú : Editorial Progreso, 1979.
- 13 SILVA, J. G. da; GROSSI, M. E. del (1999). **Ocupação e renda nas famílias agrícolas e rurais no Brasil : 1992/97**. Campinas : UNICAMP, 1999. Trabalho apresentado no Seminário Internacional O Novo Rural Brasileiro, Campinas, mar.1999.
- 14 URANI, A. (1999). Trabalho, renda e desenvolvimento local : as apostas da Prefeitura do Rio de Janeiro. In: POSTHUMA, A. C. **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil** : políticas para conciliar os desafios do emprego e competitividade. Brasília : OIT/MTE; São Paulo : Ed. 34, 1999.